



Sindicato dos Técnicos de Segurança
do Trabalho no Estado de São Paulo



ACORDO JUDICIAL

2011/2012

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o **SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO**, entidade de primeiro grau, com sede na Rua 24 de Maio, 104 – 5º andar - Centro – São Paulo – SP – CEP – 01041-000, inscrito no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº 005.000.02868--02 e no CNPJ sob o nº 60.266.996/0001-03, tendo realizado Assembléia Geral em sua sede no dia 10/03/2011, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. Marcos Antonio de Almeida Ribeiro**, portador do CPF/MF nº 956.481.608-44, e assistido pelo advogado, **Dr. Sérgio Luiz Barbosa Borges**, inscrito na OAB/SP sob o nº 93.820 e portador do CPF/MF nº 036.600.848-08, e de outro, como representantes da categoria econômica, a **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO – FECOMERCIO SP**, entidade sindical de segundo grau, detentora da Carta Sindical nº 25.797/42 e do CNPJ nº 62.658.182/0001-40, com sede na Rua Plínio Barreto, nº 285, Bela Vista – São Paulo – Capital – CEP – 01313-020, tendo realizado Assembléia Geral em sua sede no dia 25/10/2010, neste ato representada pelos advogados, **Dr. Fernando Marçal Monteiro** – OAB/SP nº 86.368 e CPF/MF nº 872.801.598-34 e **Dr. Delano Coimbra** – OAB/SP nº 40.704 e CPF/MF nº 240.004.008-78, que representam também os seguintes Sindicatos filiados: **Sindicato do Comércio Atacadista de Álcool e Bebidas em Geral no Estado de São Paulo** – CNPJ nº 60.936.622/0001-58 e Registro Sindical – Processo nº 491.149/47, com sede na Rua Afonso Sardinha, nº 95 – Conjunto 114 – SP – CEP – 05076-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Bijuterias do Estado de São Paulo** – CNPJ nº 53.452.769/0001-07, Registro Sindical – Processo nº 320.422/83 e SR06169 com sede na Rua Pamplona, nº 818 – 4º

SINTESP – Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho
no Estado de São Paulo
Rua 24 de Maio, 104 - 5º andar - República / Centro
CEP.: 01041-000 – São Paulo - SP
PABX: (11) 3362-1104

FECOMERCIO SP – Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – CEP 01313-020 - SP
Tel.: 3254-1700 – Fax.: 3254-1674



Sindicato dos Técnicos de Segurança
do Trabalho no Estado de São Paulo



andar – cj. 41 – CEP: 01405-001– Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25/10/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas do Estado de São Paulo** – CNPJ nº 47.192.950/0001-29, Registro Sindical – Processo nº 46010.000867/95 com sede na Rua Miguel Carlos, nº 41 – 4º andar – cj. 42 – CEP: 01023-010 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 49.087.232/0001-18 e Registro Sindical – Processo n.º 318.862/72, com sede na Av. Senador Queirós, n.º 605, 23º andar – Conjunto 2312 – Santa Efigênia – SP – CEP – 01026-001 - Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/08/2010; **Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Papel e Papelão** – CNPJ n.º 62.660.410/0001-16 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.007789/95, com sede na Praça Silvio Romero, 132 - 7º andar – Conjunto 72 – Tatuapé – SP – CEP – 03323-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Produtos Químicos e Petroquímicos no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 43.450.014/0001-10 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.009049/2002-07, com sede na Rua Maranhão, 598, 4º andar, Higienópolis – CEP – 01240-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuários e Armarinhos do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.202.759/0001-04 e Registro Sindical – Processo n.º 25.569/40, com sede na Rua Paula Souza, 79 - 2º andar, Conjunto 21 – SP – CEP: 01027-001 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/09/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Vidro, Cristais e Espelhos do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.803.085/0001-01 e Registro Sindical – Processo n.º 131-360, livro 23 página 25 de 1954, com sede na Rua dos Italianos, n.º 471, 1º andar – sala 03 – SP – CEP – 01131-000 - Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Carvão Vegetal e Lenha no Estado de São Paulo** – CNPJ nº 62.657.903/00001-05, Registro Sindical sob o nº 15.830, com sede na Estrada Jamic, 250 – CEP: 12315-310 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 49.087.273/0001-04 e Registro Sindical – Processo n.º 24000.003254/84, com sede na Rua 24 de Maio, n.º 35, 13º andar – Conjunto 1313 – SP – CEP – 01041-001001 - Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23/06/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Material de Construção, Maquinismos, Ferragens, Tintas, Louças e Vidros da Grande São Paulo** – CNPJ n.º 62.809.769/0001-02 e Registro Sindical – Processo n.º 24000.001666/90, com sede na Rua Boa Vista, 356 - 15º andar – SP – CEP – 01014-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05/10/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos do Estado de São Paulo** – CNPJ nº 62.703.368/0001-73 – Registro Sindical – Processo nº 25.555, com sede na Av. Paulista, 1009 – 5º andar – São Paulo-SP – CEP: 01311-919 - Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 11/08/2010;

SINTESP – Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho
no Estado de São Paulo
Rua 24 de Maio, 104 - 5º andar - República / Centro
CEP.: 01041-000 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3362-1104

FECOMERCIO SP – Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo do Estado de São Paulo
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – CEP 01313-020 - SP
Tel.: 3254-1700 – Fax.: 3254-1674



Sindicato dos Técnicos de Segurança
do Trabalho no Estado de São Paulo



Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Pneumáticos no Estado de São Paulo – CNPJ n.º 52.807.013/0001-70 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.003482/98-56, com sede na Av. Paulista, 1499, 5º andar – conjunto 506 à 509 – SP – CEP – 01311-928 - Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 15/03/2011; **Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 60.748.811/0001-05 e Registro Sindical – Processo n.º 904.785/50, com sede Av. Doutor Vieira de Carvalho, 115 – 11º andar - SP – CEP – 01210-010 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26/10/2010; **Sindicato das Empresas de Turismo e Hospitalidade de Ribeirão Preto** – CNPJ n.º 56.014.632/0001-69 e Registro Sindical – Processo n.º 13.963/1942, com sede na Rua Amador Bueno, 565 – CEP – 14010-070 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25/10/2010 e o **Sindicato do Comércio Varejista de Bauru** – CNPJ n.º 45.029.907/0001-01 e Registro Sindical – Processo n.º 24000.006452/90, com sede na Avenida das Nações Unidas, 17 – CEP – 17013-045 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13/10/2010, firmam o presente **ACORDO JUDICIAL** em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

1ª - REAJUSTE SALARIAL

Conforme negociado entre as partes, a partir de 01/05/2011, as empresas concederão aos empregados, inclusive àqueles que percebem o salário normativo, abrangidos por este Acordo Judicial, um reajuste salarial de 6,30% (seis vírgula trinta por cento), sobre os salários vigentes em 30 de abril de 2011, encerrando, assim, o período correspondente a 01/05/2010 até 30/04/2011.

Parágrafo único - Fica certo, porém, que as empresas poderão optar pela majoração salarial aqui referida ou pela aplicação dos mesmos percentuais, critérios e datas fixados para os salários da categoria profissional preponderante que estiverem em vigência por meio de diploma legal, sentença normativa, convenção ou acordo coletivo.

2ª - EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS A DATA-BASE

Para os empregados admitidos após a data-base, deverão ser observados os seguintes critérios:

a) Ao salário de admissão em funções com paradigma será aplicado o mesmo percentual de reajuste salarial concedido nos termos do presente Acordo, ao paradigma, desde que não ultrapasse o menor salário da função;

SINTESP – Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho
no Estado de São Paulo
Rua 24 de Maio, 104 - 5º andar - República / Centro
CEP.: 01041-000 - São Paulo - SP
PABX: (11) 3362-1104

FECOMERCIO SP – Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo do Estado de São Paulo
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - CEP 01313-020 - SP
Tel.: 3254-1700 – Fax.: 3254-1674



b) Em se tratando de função sem paradigma, a majoração salarial prevista nesta norma será calculada de forma proporcional em relação à data de admissão.

3ª - COMPENSAÇÕES

Ao serem reajustados os salários na conformidade das cláusulas 1ª e 2ª deste Acordo, serão, igualmente, adotados os mesmos critérios de compensação que tiverem sido estabelecidos para a categoria profissional preponderante na empresa.

4ª - SALÁRIO NORMATIVO

Fica estabelecido que aos Técnicos de Segurança do Trabalho abrangidos por esta norma coletiva, as empresas assegurarão a partir de 1º de maio de 2011, um salário normativo de R\$ 2.261,60 (dois mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta centavos) mensais, correspondente a R\$ 10,28 (dez reais e vinte e oito centavos) por hora.

5ª - ATUALIZAÇÃO TÉCNICA

Fica garantida a participação em cursos, seminários, congressos técnicos de interesse da categoria ou eventos devidamente comprovados, limitados a 10 (dez) dias por ano, mais dois sábados, nas empresas que possuam expediente aos sábados, sem prejuízo salarial, inclusive das férias, 13º salário e descanso remunerado, desde que pré-avisada a empresa por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

6ª - GARANTIAS SINDICAIS

Caso esteja prevista na norma coletiva da categoria preponderante cláusula referente às garantias sindicais dos empregados, as empresas deverão observar os critérios ali estabelecidos para a categoria profissional ora acordante.

7ª - PROGRAMA DE PREVENÇÃO A RISCOS AMBIENTAIS

Quando o P.P.R.A. (Programa de Prevenção a Riscos Ambientais) for elaborado por profissional empregado da empresa, este obedecerá aos critérios estabelecidos pela NR9 e demais normas pertinentes.



8ª - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica permitido às empresas abrangidas por este Acordo, quando oferecida a contraprestação, o desconto em folha de pagamento de: seguro de vida em grupo, transporte, planos médicos e odontológicos com participação dos empregados nos custos, alimentação, convênios, alimentos, convênio com supermercados, medicamentos, convênios com assistência médica e clube/agremiações, cooperativas e previdência privada, quando expressamente autorizado pelo empregado.

9ª - SALÁRIO DE ADMISSÃO

O empregado admitido para a função de outro dispensado terá direito de igualdade salarial em relação ao empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

10 - QUADRO DE AVISOS

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, as empresas colocarão à disposição do respectivo sindicato representativo da categoria profissional, quadro de avisos para afixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, que serão encaminhados ao setor competente da empresa, para os devidos fins.

11 - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

O empregador fornecerá, obrigatoriamente, aos empregados, comprovante de pagamento com a discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e os recolhimentos do FGTS.

12 - MULTA

Fica estabelecida a multa equivalente a 2% (dois por cento) do salário normativo previsto na cláusula 4ª deste instrumento, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Acordo, que envolvam obrigação de fazer, por infração e por empregado, revertendo a favor da parte prejudicada.



13 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL

Será efetuado desconto assistencial dos empregados, de uma só vez, correspondente a 6,30% (seis vírgula trinta por cento) dos salários do mês de junho/2011, em favor do *Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de São Paulo*, importância esta a ser recolhida em conta vinculada da Caixa Econômica Federal, através de guias a serem fornecidas pelo Sindicato Profissional, ficando estabelecido um teto de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

14 - DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Respeitada a legislação vigente, bem como a jurisprudência que rege a matéria, fica assegurado a todos os empregados abrangidos por esta norma coletiva, o direito de oposição ao desconto previsto na cláusula 13, até 10 dias depois da data de assinatura desta norma.

Parágrafo 1º - As partes que incentivarem ou criarem obstáculos para a oposição individual ao desconto da Contribuição Assistencial Profissional estarão sujeitas a serem denunciadas perante o Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo 2º - O *Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de São Paulo*, bem como os demais sindicatos subscritores do presente termo, se comprometem a divulgar e dar publicidade do direito de oposição aqui assegurado.

Parágrafo 3º - O empregado que estiver rigorosamente em dia com o pagamento das demais contribuições devidas ao Sindicato Profissional, fica desobrigado do recolhimento desta contribuição assistencial.

15 - NORMAS DA CATEGORIA PROFISSIONAL PREPONDERANTE

Respeitadas as cláusulas objeto deste instrumento e que são específicas da categoria profissional abrangida, ficam estendidas aos empregados Técnicos de Segurança do Trabalho, as demais cláusulas e respectivos benefícios constantes de eventuais normas coletivas de trabalho existentes, e que estejam e venham a permanecer em vigor na constância deste Acordo, bem como das que vierem a ser pactuadas durante a sua vigência, aplicáveis à categoria profissional preponderante nas empresas, isoladamente consideradas, nas quais prestem seus serviços profissionais, obedecida, porém, a data de início de vigência da presente norma, ou seja, 01.05.2011.



*Sindicato dos Técnicos de Segurança
do Trabalho no Estado de São Paulo*



16 - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Recomenda-se às empresas que assegurem ao empregado Técnico de Segurança do Trabalho a participação no desenvolvimento de ações integradas às práticas de Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do trabalho da empresa, em consonância com suas atividades profissionais.

17 - DIFERENÇAS SALARIAIS

Eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação deste Acordo poderão ser complementadas até a data do pagamento do salário do mês de competência junho/2011.

Parágrafo único - Os encargos de natureza previdenciária e tributária serão recolhidos na mesma época do pagamento das diferenças salariais acima referidas, respeitando-se os prazos previstos em lei.

18 - JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação do presente Acordo Judicial.

19 - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial deste Acordo, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.

20 - ABRANGÊNCIA

Respeitada a legislação em vigor, este Acordo aplica-se à categoria diferenciada de Técnicos de Segurança do Trabalho, regulada pela Lei 7.410 de 27 de Novembro de 1985 e regulamentada pelo decreto 92.530 de 09 de Abril de 1986, empregados nas empresas inorganizadas em sindicatos representadas pela FECOMERCIO SP e no comércio em geral representados pelos sindicatos patronais signatários do presente Acordo no Estado de São Paulo.

SINTESP – Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho
no Estado de São Paulo
Rua 24 de Maio, 104 - 5º andar - República / Centro
CEP.: 01041-000 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3362-1104

FECOMERCIO SP – Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo do Estado de São Paulo
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – CEP 01313-020 - SP
Tel.: 3254-1700 – Fax.: 3254-1674



Sindicato dos Técnicos de Segurança
do Trabalho no Estado de São Paulo




21 - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Judicial para o período de 01.05.2011 até 30.04.2012, mantendo a data-base da categoria profissional em 1º de maio.

São Paulo, 31 de Maio de 2011.

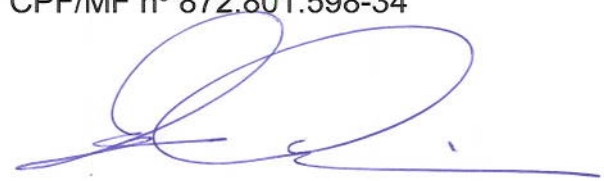
**Pelo SINDICATO DOS TÉCNICOS
DE SEGURANÇA DO TRABALHO
NO ESTADO DE SÃO PAULO**


**MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA
RIBEIRO**
Presidente
CPF/MF nº 956.481.608-44


SÉRGIO LUIZ BARBOSA BORGES
Advogado
OAB/SP - 93.820
CPF/MF nº 036.600.848-08

Pela FECOMERCIO SP E OUTROS


FERNANDO MARÇAL MONTEIRO
Advogado
OAB/SP - 86.368
CPF/MF nº 872.801.598-34


DELANO COIMBRA
Advogado
OAB/SP - 40.704
CPF/MF nº 240.004.008-78